

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)



Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by
Alexandre de S. C. Barros et al.
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:
Fatima Rejane de Meneses
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:
Antônio Batista Filho

Arte-final:
Valperino Andrade

Capa:
Luiz Eduardo Rezende

ISBN
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.
Fleischer, David, org.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	07
APRESENTAÇÃO	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983)	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretaria do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Doméstico, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).

SISTEMA PARTIDÁRIO

Capítulo 4

A POLÍTICA BRASILEIRA: NOVOS PARTIDOS E VELHOS CONFLITOS*

Gláucio Ary Dillon Soares

Há décadas a política brasileira é dominada por um número de clivagens ou linhas de conflito que dividem os partidos políticos e os eleitores. Em primeiro lugar, numa sociedade muito desigual, há uma clivagem de classe; em segundo lugar, está uma clivagem urbano-rural, relacionada à primeira mas que não se reduz a ela, e, em terceiro lugar, uma clivagem local, interfamiliar, muito importante para se compreender a política local (municipal), regional e estadual. Certamente, há muitas outras clivagens, com vários graus de significação, que contribuem para explicar as diferenças entre os partidos políticos no Brasil, mas, em minha opinião, elas tiveram uma contribuição mais modesta do que as acima. Os sistemas partidários apareceram e desapareceram, mas essas clivagens permaneceram. A política eleitoral tem orbitado, tradicionalmente, em torno dessas linhas de conflito, que não desapareceram com o MDB e a Arena. Em mais de uma ocasião, “novos” partidos foram formados com o propósito ostensivo de romper com essas linhas, às vezes assegurando estar “acima delas”, outras vezes afirmando seguir clivagens diferentes. Ainda assim, eleição após eleição, os mesmos determinantes dirigiram o comportamento eleitoral no Brasil. Por vezes, quando os partidos eram novos, seguiu-se um período de incerteza e reconhecimento, mas, gradualmente, as questões de classe, as questões de rural *versus* o urbano, e as “fissuras” da política local cobraram seu auge, e os partidos e os políticos terminaram alinhados, *malgré eux*, ao longo delas.

Em 1966, o governo militar brasileiro extinguiu todos os partidos políticos e criou dois novos, Arena e MDB. Entre as justificativas para esta imposição, a principal afirmava que o sistema multipartidário não funcionava no Brasil; além disso foram feitas referências favoráveis aos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Inglaterra, onde um sistema bipartidário, ou similares, existia em meio à prosperidade econômica e estabilidade política. Referências negativas foram feitas à França, Itália e ao próprio Brasil, numa tentativa de demonstrar que um sistema multipartidário dificultava a estabilidade, a democracia e o crescimento econômico.

* Esse trabalho teve o apoio da Fundação Ford no Rio de Janeiro, Concessão nº 739-0817-SS-13.

Quatorze anos mais tarde, uma administração diferente, igualmente encabeçada por um militar, falando em nome do mesmo movimento político e militar, dissolveu os dois partidos e o sistema multipartidário. Como explicar essas ações contraditórias? A resposta é simples: dotar o Brasil de um sistema partidário adequado não era preocupação nem objetivo da ditadura militar; o único objetivo das modificações no sistema partidário era impedir a oposição de ganhar as eleições e, caso as ganhasse, impedi-la de ocupar o governo.

Por que, a despeito do poder ditatorial, o governo militar fracassou ao estabelecer um sistema partidário estável no qual o partido do governo ganhasse sempre as eleições relevantes? A resposta é que há profundas clivagens na sociedade e na política brasileira que nenhum sistema partidário pode solucionar. Com o tempo, essas clivagens irão redirecionar o suporte eleitoral para diferentes partidos em qualquer sistema.

Os conflitos de classe

Os dados disponíveis, tanto de *survey* quanto ecológicos, indicam que a posição de classe e a consciência de classe tiveram uma forte influência na determinação do comportamento político e das preferências eleitorais. Essa influência, no entanto, não tem sido a mesma em todos os tempos e em todos os lugares: os *surveys* mostram que ela era muito forte na cidade do Rio de Janeiro por volta de 1960, mas foi de pálida atuação nas eleições de 1982; as correlações entre ocupação e voto eram, também, muito altas na maioria das capitais nordestinas em 1945 e 1947, como a análise ecológica sugere, o mesmo sendo válido para as eleições de 1974 e 1978 em muitas grandes cidades, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro. Já os dados de um *survey* da população de Belo Horizonte, feito em meados dos anos sessenta, mostram correlações muito baixas, e outros dados, principalmente ecológicos, pós-1966, mostram correlações que se situam no meio. O quanto as correlações do fim da década de sessenta e início da de setenta foram atenuadas pela repressão é desconhecido, mas há indicações de que o impacto foi considerável no Brasil. Tem havido muitas variações na determinação das preferências de voto pela classe social, de Estado a Estado, das áreas urbanizadas às rurais, etc., mas não dispomos de informação sistemática para termos um quadro definitivo dessas variações.

A relação entre classe e preferência partidária não aparece, mecanicamente, logo após a instalação de um novo sistema partidário: primeiro, a relação entre as ações de um partido e os interesses individuais e de classe precisa ser percebida. Foram necessários alguns anos para que a classe trabalhadora brasileira isolasse o PTB como seu melhor representante entre os partidos que competiam por seu voto durante o período democrático (1945-1964). Foram também necessários à classe trabalhadora vários anos de experiência para abandonar alguns partidos que falavam em seu nome, tais como o Partido Rural Trabalhista e o Partido Social Progressista. No começo da década de sessenta, as classes sociais estavam alinhadas ao longo dos partidos políticos brasileiros, e a classe trabalhadora urbana estava solidamente com o PTB (Soares, 1961; Veiga *et alii*, 1960), exceto em São Paulo.

Quando os velhos partidos foram extintos e os novos criados por decreto do Executivo, esses alinhamentos foram perdidos. As primeiras eleições defrontaram-se com um ceticismo considerável, e, pelo menos até 1972, o MDB ainda não havia convencido o eleitorado de que era um legítimo partido de oposição, sem falar em ser o representante político da classe trabalhadora. Em 1970, a correlação entre os votos nulos – nos quais o indivíduo realmente vota, mas num candidato ilegal, ou simplesmente escreve um palavrão – e a urbanização foi mais alta do que entre o MDB e a urbanização. Os resultados eleitorais sugerem que parte substancial da oposição ao governo militar preferiu votar em branco ou inutilizar o voto a votar num partido criado pelo próprio governo militar. Em 1966, 1970 e até mesmo em 1972, o MDB realmente “perdeu” as eleições na maioria dos Estados urbanizados e em muitas áreas metropolitanas. Assim, parte da oposição urbana ao regime não havia aceitado o MDB como seu representante legítimo. Sua presença nas áreas de classe trabalhadora não foi digna de nota.

1974 foi o divisor de águas, e, daí em diante, o MDB se legitimou como partido de oposição e como representante da classe trabalhadora.

Uma das maiores preocupações dos conservadores brasileiros e, sobretudo, dos serviços de segurança é evitar o conflito de classes, e que as lealdades políticas sigam as linhas de classe. Isso se mostra na rejeição repetida aos partidos de classe e, sobretudo, aos partidos da classe trabalhadora. Entretanto, a base de classe lá está, assim como o conflito de classes: seu grau variou através do tempo, mas sua presença é permanente. E, embora o governo atual tenha tentado escondê-lo, o conflito entre classes está presente no Brasil como, destarte, em qualquer sociedade.

O grande medo das classes dominantes é que as classes trabalhadoras adquiram poder através de quaisquer meios, eleitorais ou não. Assim, quando a base classista da política brasileira se afirma e há uma ameaça à hegemonia das classes dominantes, há um *coup d'état* ou, como se tornou mais comum recentemente, as regras eleitorais são mudadas.

Um dos primeiros estudos empíricos da base de classe da votação, feito por Simão (1956:141), mostra que, na cidade de São Paulo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) recebeu mais de três quartos de seus votos em áreas predominantemente da classe trabalhadora, enquanto outros partidos receberam um pouco mais da metade, exceto o PTB, que recebeu 69,5%. Recomputados estes dados no Quadro 4.1.

A categorização das áreas eleitorais, embora não refinada, permite perceber a forte relação entre o PCB e, em menor extensão, o PTB, por um lado, e o percentual de pessoas morando na área que são trabalhadores industriais, por outro. Se as definições pudessem ser mais especificadas, separando-se as áreas com 10% ou menos de trabalhadores e aquelas com 60% ou mais trabalhadores, por exemplo, diferenças maiores poderiam ser obtidas.

Outro estudo ecológico (feito por Gláucio Veiga *et alii*, 1960) mostra a maior penetração dos partidos da classe trabalhadora em: a) áreas urbanas e b) dentro delas, nos distritos da classe trabalhadora. Análise e computação, pelo presente autor, dos votos dados ao PCB em 1945 e 1947 mostram alguns distritos da classe trabalhadora

QUADRO 4.1— Base de Classe do PCB, do PTB e Outros Partidos, Cidade de São Paulo, Eleições de 1947 para as Assembléias Estaduais

	PCB	PTB	Outros Partidos	Total
Área da Classe Trabalhadora (com mais de 40% de trabalhadores)	31,4%	26,1%	42,5%	100,0%
Áreas de outras classes (com 40% ou menos de trabalhadores)	4,5%	19,3%	66,2%	100,0%

dando cerca da “metade” do total dos votos válidos ao Partido Comunista Brasileiro em Recife, enquanto nas seções abastadas o PCB recebeu menos de 10%.

A forte relação entre a posição de classe e o voto comunista e trabalhador está bem documentada; depois de 1947, no entanto, o Partido Comunista Brasileiro foi impedido de competir nas eleições, e seus votos beneficiaram outros partidos, particularmente o PTB.

Em 1960 um *survey* entre os votantes do Rio de Janeiro mostrou uma relação bastante forte entre a posição de classe e a UDN (quanto mais alta a posição de classe, mais alto o voto) e o PTB (quanto mais baixa a posição de classe, mais alto o voto); a UDN só recebeu 18% do total dos votos entre os trabalhadores não-especializados, mas atingiu 56,3% entre os “profissionais”, gerentes, etc.; o PTB, ao contrário, recebeu 42,3% entre os trabalhadores não-especializados e apenas 11% na categoria ocupacional mais alta. Em cada categoria ocupacional, aquelas que se identificavam com as classes média e superior votaram bem mais na UDN e bem menos no PTB, o oposto sendo verdadeiro naquelas que se identificaram com a classe trabalhadora (Soares, 1961:217-238).

Assim, parece que havia uma forte base de classe para a votação e a preferência partidária nas áreas metropolitanas brasileiras antes de 1965. O sistema bipartidário, imposto em 1965, mudou isso. As análises referentes aos primeiros anos do sistema bipartidário mostram uma relação modesta, mas, gradualmente, o MDB se tornou “o partido dos pobres” e a Arena “o partido dos ricos” (Reis, 1975); Bolivar Lamounier (1975:21-32) mostrou que, em São Paulo, a preferência pelo MDB declinava com o *status* ocupacional dos respondentes. Era de 48,9% entre aqueles com alto nível ocupacional, subindo a 61,5% entre aqueles com nível ocupacional médio, atingindo 85,1% entre aqueles com um nível ocupacional baixo. Entre as mulheres, havia uma progressão similar, sendo as percentagens 48,6, 61,6 e 72,0, respectivamente. Usando a análise ecológica de dados agregados, Lamounier também mostrou que as diferenças relativas entre os votos dados ao candidato do MDB ao Senado, Quércia, e os dados ao candidato da Arena, Carvalho Pinto, aumentaram de menos de dois para um nas áreas com alto *status* socioeconômico, de cinco para um a oito para um,

nos distritos da classe trabalhadora, de oito para um "ou mais" nas seções residenciais pobres mais recentes da periferia da cidade. Citando Lamounier:

"Assim verificamos que os votos dados ao senador do MDB, embora atingindo a muito alta proporção de 70%, não estão distribuídos ao acaso no mapa da cidade." (1975:24)

Esses resultados foram confirmados por um *survey* de 1975, onde a preferência pelo candidato da Arena aumentava com a renda familiar. Assim, Fábio Wanderley Reis mostrou que os votos para o candidato ao Senado, José Augusto, aumentaram de 6,3% sobre o total no grupo de mais baixa renda para 12,4% no grupo imediatamente superior a 16,1, depois 22,8, atingindo 33,9% na categoria de mais alta renda (Reis, 1975:131). Tomando o valor médio de cada intervalo de renda usado por Reis e duas vezes o limite inferior do intervalo superior, obtive uma correlação de +0,97 entre a renda familiar e o percentual dos votos válidos dados à Arena. Uma relação entre a política e a classe social também foi encontrada em Porto Alegre¹, Presidente Prudente² e Niterói³.

A identificação "subjetiva" com uma classe social também é um determinante importante da preferência partidária. Assim, em Porto Alegre, o percentual dos que escolheram o MDB aumentou de escassos 30%, entre aqueles que se classificam como alta classe média, para 49% entre aqueles que acreditam que pertencem à classe trabalhadora, alcançando 60% entre aqueles que se acham pobres (De Cew, 1977:273). As eleições de 1978 simplesmente confirmaram o que as de 1974 já haviam sublinhado. Assim, após 13 anos, o MDB foi definido como partido dos trabalhadores, certamente a melhor escolha da classe entre as duas alternativas. Essa imagem trouxe o voto da classe trabalhadora para o MDB, e, como já vimos, em alguns distritos da classe trabalhadora e da periferia, os candidatos do MDB derrotaram os da Arena pela margem de oito a um ou mais. As largas margens de vitória apenas nos distritos da classe trabalhadora garantiram uma fácil vitória do MDB na maioria, se não em todas, das áreas metropolitanas brasileiras. Isso significou o controle das grandes cidades pelo MDB (prefeitos e Câmara dos Vereadores), que gerou o temor, entre os conservadores, de que elas se tornassem os principais centros de oposição ativa ao regime. O governo militar reagiu, a princípio, declarando todas as capitais "áreas de segurança nacional", e os prefeitos passaram a ser "indicados", ao invés de eleitos. Porém, essas áreas também pesaram fortemente nas eleições estaduais e federais. O controle dos grandes Estados, como São Paulo, significa o controle de orçamentos mais altos do que aqueles dos governos centrais de países da América Latina de tamanho considerável (o produto de São Paulo é comparável ao da Argentina). Como a economia estava em expansão, o controle dos grandes Estados significaria recursos para obras sociais e programas de desenvolvimento econômico, assim como o conseqüente crédito político para as oposições. Os militares adiaram, mais uma vez, a transferência de poder, mudando as regras do jogo, fazendo o governador ser eleito indiretamente pela legislatura estadual que ainda estava em mãos da Arena. Entretanto, as eleições de 1978 provaram que o MDB elegeu os governadores dos principais Estados urbanizados mesmo sob as novas regras, porque ele agora controlava as legislaturas estaduais. O governo militar, então, mudou as regras eleitorais,

mais uma vez, criando um absurdo Colégio Eleitoral estadual, que garantiu que todos os governadores estaduais, menos o da Guanabara, seriam da Arena. Foi através desse espúrio Colégio Eleitoral estadual que o Sr. Paulo Maluf chegou ao governo de São Paulo.

Não obstante, a vitória do MDB nas eleições de 1978, por margem ainda maior do que em 1974, prenunciava o controle, pela oposição, não somente das principais assembleias estaduais, mas também da Câmara Federal. Em resposta, o governo militar aboliu o sistema bipartidário, sua própria criação. A estrutura brasileira de classe, muito larga na base, muito estreita no topo, não favorece um partido de elite. Embora os pobres do campo não possam votar por causa da exigência de alfabetização, o voto dos pobres das cidades é suficiente para fornecer a margem de vitória numa eleição nos Estados mais desenvolvidos.

A urbanização

A dimensão urbano-rural tem sempre sido uma linha importante de clivagem na política brasileira. Essa importância deriva de, pelo menos, duas questões:

1 – *uma questão política*. As políticas de substituição de importações têm sempre significado uma transferência de recursos do setor agropecuário para os setores industrial e de “altos” serviços, especialmente o primeiro (Soares, 1976a). Isso também implica uma concentração de crédito e investimentos (Soares, 1976b), e o uso da agricultura de subsistência, do trabalho agrícola e dos chamados setores urbanos “marginais” para incrementar a acumulação de capital urbano-industrial (Sá Jr., 1972; Oliveira, 1972).

2 – *uma questão eleitoral*. Desde as primeiras eleições brasileiras no período pós-guerra, diferentes partidos políticos têm tido um chamado político diferenciado, alguns penetrando bem mais nas áreas urbanas, enquanto outros apelando principalmente para as áreas rurais.

Uma clara clivagem urbano-rural apareceu logo após a redemocratização do Brasil, que começou com a queda da ditadura de Vargas. Na maioria das capitais nordestinas o Partido Comunista Brasileiro – PCB – teve uma presença marcante, enquanto no interior ele recebeu uma proporção bem reduzida do total de votos⁴.

As bases urbanas e rurais de outros partidos políticos também apareceram de forma clara e incontestável nas primeiras eleições do período democrático: em 1945, a correlação produto-membro entre a urbanização e a percentagem de total de votos válidos obtidos pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi +0,68; com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi +0,79; e com seus votos combinados foi +0,84, enquanto a correlação com o apoio eleitoral dos partidos conservadores foi negativa: -0,60 com o PDS, -0,39 com a UDN e -0,80 com seus votos combinados.

De 1945 a 1962, a correlação positiva entre urbanização e os votos do PTB diminuiu de +0,68 para +0,34. Esse declínio foi devido, primeiramente, ao esforço organizacional do PTB, especialmente nos Estados menos desenvolvidos e mais rurais e nos municípios rurais neles contidos e, em segundo lugar, ao grande aumento dos

QUADRO 4.2 – Correlações Produto-Momento entre Urbanização^a e a Percentagem do Total dos Votos Dados aos Principais Partidos, Brasil, 1945*

Partidos de Esquerda	% votos	Partidos de Direita	% votos
PTB	+0,68	PSD	-0,60
PCB	+0,79	UDN	-0,39
PTB + PCB	+0,84	PSD + UDN	-0,80

a – A percentagem da população total vivendo em cidades com 10 mil habitantes ou mais, de acordo com o Censo de 1950.

* – Dados compilados de Soares (1973a:214-231).

votos da classe trabalhadora dados ao PTB nas grandes cidades dos “Estados menos desenvolvidos”; em 1945 e 1947, o PTB recebeu uma percentagem mais reduzida dos votos trabalhistas devido à dura competição com o Partido Comunista e outros partidos de orientação trabalhista. O PTB cresceu mais nos Estados nos quais ele tinha sido mais fraco, desta forma enfraquecendo as correlações anteriores. O PSD manteve sua orientação e seu apelo: ele continuou a ser, basicamente, um partido rural, representando os interesses dos fazendeiros, das oligarquias rurais e das elites e da classe média das pequenas cidades. A UDN, que se beneficiou da condição rural numa extensão menor do que o PSD, aumentou o seu chamado às classes médias urbanas de algumas grandes cidades, incluindo as do Sudeste. Ela partilhou, com o PTB, os votos da cidade do Rio de Janeiro, e fez também fortes incursões nos setores da classe média de outras grandes cidades, sofrendo, apenas, a competição do Partido Democrático Cristão (PDC). O Partido Trabalhista Brasileiro foi favorecido pela urbanização, pela industrialização e, em relação ao Partido Comunista, pelo desenvolvimento social, obtendo maiores votações nas cidades urbanas e industriais, da classe trabalhadora melhor remunerada, do que nas cidades empobrecidas do Nordeste, onde o Partido Comunista obteve os seus melhores resultados (Soares, 1965:1973a).

Embora a urbanização se correlacione com a industrialização e muitas outras variáveis “estruturais”, a análise de regressão e a de correlação revelam que a urbanização foi, eleitoralmente, mais importante durante o período democrático, acima e além da industrialização e do desenvolvimento social (Soares, 1973:241-231), ou seja, o impacto da urbanização não podia ser reduzido à soma dos impactos dessas outras variáveis. Outros indicadores da força do movimento da classe trabalhadora se correlacionam fortemente com a urbanização⁵. Portanto, a consciência da classe trabalhadora foi maior nas áreas urbanas, e o apoio eleitoral para os partidos reformistas e/ou radicais foi, também, muito maior nas áreas urbanas de 1945 a 1965.

A contínua urbanização da sociedade brasileira contribuiu para solapar a base social de diversos partidos conservadores, em relação ao total, e tanto o PSD quanto

a UDN perderam considerável substância eleitoral⁶. Dadas essas e outras mudanças na sociedade e na política brasileira, o sistema partidário criado em 1945 não se adequava mais aos interesses conservadores. Um golpe foi, então, dado em 1964, e um novo sistema partidário foi imposto em 1965.

Depois de 1964

O sistema bipartidário, criado por decreto em 1965, terminou por adquirir uma forte diferenciação urbano-rural: a Arena recebendo mais apoio nas áreas rurais e o MDB vencendo nas principais áreas metropolitanas. Isso aconteceu tanto dentro dos Estados quanto entre eles.

No Rio Grande do Sul, esse fenômeno foi estudado por Francisco Ferraz (1976), entre outros. Ele computou a percentagem obtida, em cada eleição, por cada partido, decompondo os votos de acordo com o grau de urbanização dos municípios. Os resultados mostram que o voto do MDB foi mais forte nos municípios urbanos, assim como os votos de protesto, medidos pelos nulos e em branco; as diferenças, entretanto, eram modestas: em 1974, a Arena recebeu 43% dos votos nos municípios rurais e 28% nos urbanos.

QUADRO 4.3 – Resultados Eleitorais, por Grau de Urbanização dos Municípios, Rio Grande do Sul, 1966-1974

	1966			1970			1974		
	Arena	MDB	Nulos	Arena	MDB	Nulos	Arena	MDB	Nulos
Municípios Rurais	52%	39%	9%	49%	35%	17%	43%	47%	11%
Municípios Médios	44%	44%	12%	48%	34%	19%	40%	50%	11%
Municípios Urbanos	35%	45%	20%	39%	39%	23%	28%	60%	13%

Rural: Até 30% de população urbana.

Médio: De 31% a 60% de população urbana.

Urbano: Acima de 60% de população urbana.

Em outros Estados, a relação entre urbanização e os votos do MDB é muito mais forte, como mostra outro estudo. Olavo Brasil de Lima Jr. dividiu os municípios do antigo Estado do Rio de acordo com o tamanho do eleitorado (o qual está intimamente relacionado com a urbanização): o primeiro grupo inclui aqueles municípios

com menos de 10 mil eleitores; o segundo os entre 10 mil e 20 mil; e o terceiro os com mais de 20 mil eleitores. Os resultados mostram como era alta a relação entre urbanização e medebismo naquele Estado (Lima Jr., 1978).

QUADRO 4.4 – Urbanização e a Percentagem de Prefeitos e da Câmara de Vereadores nos quais o MDB é o Partido Majoritário, Estado do Rio, 1976.

Número de eleitores no Município	Prefeitos	Câmara de Vereadores
Menos de 10.000	14% (22)*	0% (22)
de 10.000 a 20.000	33% (15)	8% (17)
Acima de 20.000	77% (22)	72% (25)

* Totais sobre os quais as percentagens foram computadas. Adaptado de Lima Jr. (1978:93).

As bases urbano-rurais da diferenciação são bem claras: o MDB não controlou uma única Câmara de Vereadores em municípios com menos de 10 mil eleitores, controlou menos de uma em cada cinco em municípios com menos de 20 mil eleitores (mas com mais de 10 mil), mas controlou quase quatro em cinco municípios com mais de 20 mil eleitores. Resultados semelhantes são obtidos quando a votação para prefeitos, e não para vereadores, é analisada.

Nas eleições federais de 1978, a clivagem urbano-rural foi muito forte. O MDB obteve 62% do total dos votos válidos para o Congresso Federal no Sudeste, essencialmente urbano e industrial, mas apenas 28% no Nordeste rural e mais atrasado. Dentro de cada Estado essas tendências também foram encontradas, mais fortes nuns e mais fracas noutros.

Essa longa lista de exemplos poderia ser aumentada: em toda parte o apoio à Arena e ao MDB segue a clivagem rural-urbana fundamental.

Nas primeiras eleições, depois que o sistema bipartidário foi criado por decreto, a maioria da população, que foi prejudicada por uma distribuição de renda muito desigual e pelas políticas governamentais que, mais tarde, aumentaram a concentração de renda, não identificou o MDB como o representante legítimo dos seus interesses. Por esse motivo, a abstenção eleitoral foi muito alta, como o foram os motivos nulos e em branco; o MDB, ao contrário, teve um desempenho muito fraco, perdendo as eleições na maioria dos centros urbanos.

1974 foi o grande momento de mudanças, com as vitórias do MDB em 16 Estados e na maioria dos grandes centros urbanos. Daí em diante, o MDB aumentou sempre sua liderança nas áreas urbanas, derrotando a Arena por grande maioria em algumas delas. Nas áreas rurais, a Arena continuou absoluta. A clivagem urbano-rural da política brasileira havia se reafirmado.

QUADRO 4.5 – A Penetração Diferencial Urbana, MDB e Arena, Eleições de 1978.

Local	Evidência	Porcentagem do Voto do MDB		
		Área Urbana	Resto do Estado	Autor
Amazonas	O MDB venceu as eleições na capital, mas perdeu longe no resto do Estado.	51	30	(Recomputado de Costa Lins, 1979)
Bahia	O MDB venceu as eleições na capital, mas foi severamente derrotado pela Arena no resto do Estado onde os votos brancos e nulos foram 50% mais altos do que os do MDB.	60	18	(Guimarães, 1979)
Ceará	O MDB venceu as eleições na capital, mas foi severamente derrotado no resto do Estado. A Arena venceu em 136 dos 141 municípios.	54	15	(Recomputado de Bonavides, 1979)
Mato Grosso do Sul	O MDB venceu nos maiores centros urbanos, Campo Grande e Dourados, mas perdeu no resto do Estado.	–	–	(Oliveira Motta, 1979)
Pará	O MDB venceu nas duas maiores cidades, Belém e Santarém, mas perdeu longe no resto do Estado.	–	33	(Recomputado de Peres, 1979)
Paraíba	O MDB venceu as eleições facilmente nas duas maiores cidades: a) João Pessoa, a capital; b) Campina Grande e venceu em todos os municípios, exceto três com 10 mil habitantes ou mais, mas perdeu no resto do Estado.	70 63	– –	(Recomputado de Arruda Mello, 1979)
Rio de Janeiro	O MDB venceu facilmente nos grandes centros urbanos, mas perdeu longe nas áreas rurais.	–	–	(Barreto e Bahia, 1979:398-399)

Os conflitos familiares locais e a política coronelista

A estrutura socioeconômica que servia de base à República Velha não desapareceu com a Revolução de 30, nem com a ditadura de Getúlio Vargas, nem com os 20 anos de democracia eleitoral, e sobreviveu a 20 anos de ditadura militar. O país experimentou profundas transformações socioeconômicas, particularmente a urbanização e a industrialização, mas em muitas áreas a estrutura agrária se transformou mais devagar. Talvez a mudança mais importante não tenha sido a transformação da estrutura agrária, que foi relativamente limitada, mas a redução de seu significado na economia e no sistema político, o que foi causado, principalmente, pela urbanização e pela industrialização. Houve um notável crescimento da agricultura capitalista que, ocupando ainda bem menos da metade das terras aráveis, contribuiu com bem mais da metade do valor da produção e muito mais da metade do valor das exportações agrícolas; entretanto, a maior parte da população rural continua vinculada à agricultura (e à política) tradicional. Essa sobrevivência implica que os velhos padrões políticos que caracterizaram o Império e a República Velha também sobreviveram, particularmente a nível municipal e, às vezes, até mesmo a nível estadual. A população reduzida e esparsa de muitos municípios e o grau extremo de concentração de renda colocam uma grande parte do poder total nas mãos de muito poucas famílias, às vezes de apenas uma família. Isso significa que o ativismo e liderança política decorrem "naturalmente" da condição de membros dessas famílias. A estrutura de lealdades políticas, ou quaisquer outras, é largamente determinada pelos laços de família e menos por classe, partido ou filiação ideológica. Eleição após eleição, golpe após golpe, durante muitas décadas e às vezes séculos, uma família hegemônica se confronta com outra, numa luta sem fim que é reproduzida com outras famílias, com outros sobrenomes nos municípios vizinhos. Os governos estaduais não podem ignorar essa estrutura. Primeiro, porque eles precisam dos votos locais, controlados por essas famílias, para serem eleitos; em segundo lugar, porque desde antes da República muitas famílias de diferentes municípios foram organizadas numa base geográfica mais ampla ao longo das linhas partidárias. Assim, uma relação especial se desenvolveu entre as famílias, nesses municípios, e o governo estadual, através do qual essas famílias dão apoio a um certo candidato ao governo estadual em troca de auxílio em seu próprio município "contra" a família ou famílias que se lhes opõem. Esta contrapartida inclui o poder para nomear os candidatos a prefeito e a vereador, o juiz e o chefe de polícia locais, os servidores civis que trabalhavam nas repartições estaduais e federais locais, etc. Devido ao fato de que muitos desses chefes de família tinham, através de compra, o título de coronel, esse acordo político entre as famílias hegemônicas num município e o governo estadual foi chamado de "Pacto Coronelista" (Leal, 1948). Em 1930, Vargas se interpôs a essas lealdades, dando apoio ativo a uma ou mais famílias em cada um dos municípios e nomeando seus próprios homens como interventores, os governadores estaduais indicados pelo governo federal. As famílias descontentes com suas escolhas se reuniram no que mais tarde se tornou a UDN (União Democrática Nacional), enquanto os que apoiavam Vargas também se agruparam e mais tarde fundaram o PSD (Partido Social Democrático).

A importância da política coronelista na política estadual varia muito entre os Estados brasileiros; naqueles Estados em que a maioria da população é rural ou vive em pequenas cidades, as eleições estaduais são determinadas por acordos locais. Entretanto, nos Estados urbanos, como o Rio de Janeiro ou São Paulo, os votos urbanos ultrapassam os rurais. Assim, em eleições diretas com um sistema proporcional, o voto urbano prevalece, como também prevaleceria em eleições indiretas nas quais o governador fosse eleito pela Assembleia Estadual se essa fosse eleita pelo voto popular direto de todo o Estado. Assim, se a legislação decretada antes de 1977 não tivesse sido casuisticamente mudada, o MDB teria eleito os governadores do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Guanabara, Amazonas e Acre nas eleições de 1978, embora em todos esses Estados, exceto o da Guanabara, a Arena dominasse na maioria dos municípios.

A política coronelista nunca foi do agrado dos militares brasileiros; todas as formas de poder local eram vistas como empecilho a um Estado nacional forte, pelo qual os militares ansiavam desde a República Velha. Em 1965, quando a oportunidade se apresentou, eles tentaram impor um sistema partidário que não deixaria lugar para a política familiar local.

Mas a tentativa de forçar todo o Brasil conservador para dentro de um partido e de acomodar as fortes clivagens familiares que existiam em milhares de municípios brasileiros falhou. Em toda parte, conflitos irromperam dentro da Arena e, em numerosos municípios, o mesmo fenômeno pôde ser observado: as famílias em luta se digladiaram pelo controle político da organização local da Arena. Esse conflito foi preponderante no caso das eleições para prefeito, quando a Arena só podia apresentar um candidato. A batalha pela indicação era acirrada e, em muitas instâncias, houve ruptura intrapartidária com a família perdedora apoiando o candidato do MDB ou concorrendo pelo MDB: a facção perdedora preferiria morrer a ajudar a eleger seus arquiinimigos com os seus próprios votos. Assim, freqüentemente, levaram os votos que controlavam para o campo do MDB. O MDB se beneficiou disso, não somente a nível local, mas também a níveis federal e estadual, já que novas alianças locais-estaduais foram articuladas. Os conflitos também se manifestaram a nível estadual, visto que muitos agrupamentos dentro da Arena, freqüentemente, não conseguiam concordar com a escolha do mesmo candidato. Nas eleições para o Congresso Nacional Federal e para a Assembleia Estadual, esse problema foi bem menos importante, já que os candidatos eram muitos. Assim, a competição nessas eleições foi pelo voto e não pela indicação do candidato. Para impedir a fragmentação da Arena e a transferência do poder eleitoral para o MDB nas eleições locais, os militares tiveram que violar seu próprio princípio de unidade partidária e estabelecer a instituição da sublegenda⁷, que permite mais de um candidato para eleições majoritárias, os votos dos perdedores ajudando a eleger os mais votados do partido. A organização partidária foi mudada para acomodar essas diferenças, e, em centenas de municípios, a Arena se partiu em duas, duplicando organizações, orçamentos e pessoal, funcionando em prédios distintos, apoiados por diferentes jornais. A associação entre as divisões entre Arena I e Arena II e entre PSD e UDN foi visível em grande número de casos, sugerindo que, sociologicamente, a unidade do partido do governo era uma ficção.

Houve muitas modificações na instituição da sublegenda; nunca se sabia com certeza se ela seria suprimida ou permitida nas eleições seguintes, revelando o conflito entre a ideologia política do governo e o acalentado princípio da unidade partidária, por um lado, e a realidade de uma base fragmentada, sustentada por famílias beligerantes em cada município, por outro. Mais uma vez, uma superestrutura política imposta não pôde acomodar as forças sociais que lhe serviam de base, e se fragmentou.

A importância da organização partidária

No Brasil, a existência de uma vasta trama organizacional, compreendendo células, comitês locais, comitês de levantamento de fundos e organizações laterais, diretórios municipais e regionais, é uma pré-condição necessária para obter bons resultados nas eleições. Administrativa e politicamente, cada Estado brasileiro é subdividido em municípios, dos quais podem existir centenas num Estado⁸.

A menos que haja uma organização partidária local, não haverá candidatos às eleições municipais e, conseqüentemente, os votos locais não podem ser creditados aos partidos. Isso também significa que os partidos sem organização local não têm chance de controlar os recursos locais e, o que é talvez mais importante, não têm meios de supervisionar seu uso pelo partido no poder. Boa parte da violência eleitoral e das ações arbitrárias da parte de autoridades tem lugar em municípios unipartidários. Teoricamente, até a adoção do voto vinculado, o eleitor residente num município unipartidário podia dar seu voto ao candidato de outro partido nas eleições estaduais e federais, já que nelas os candidatos são eleitos pelo Estado como um todo; na prática, no entanto, isso era mais difícil, já que a informação não o alcançava. O monopólio eleitoral é indicador de um monopólio mais amplo, e, freqüentemente, os meios locais de comunicação, a polícia, os juízes, etc., são controlados pelos interesses que apóiam o partido governante. Assim, era e é crucial que um partido esteja representado na maioria dos municípios, a fim de colher os votos de seus possíveis eleitores.

A insuficiência da rede organizacional tem sido o maior problema para todos os partidos reformistas desde 1945, mas não para os conservadores; dado o fato de que, desde seus primórdios, o PSD e a UDN tiveram uma forte organização municipal derivada da filiação de uma das famílias dominantes a cada um deles na maioria dos municípios brasileiros, o balanço final da força organizacional local favoreceu esses partidos em detrimento dos outros. Em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não pôde sequer competir em todos os Estados. Isso significa que em alguns Estados o PTB não teve um diretório estadual, sem falar nos municipais. Em cada Estado onde ele competiu, apresentou candidatos apenas nas médias e grandes cidades, o que ajuda a explicar a forte associação entre urbanização e o voto do PTB no período democrático inicial. Assim, é óbvio que, no princípio do período democrático (1945-1964), o PTB estava em clara desvantagem na competição, pelos votos, com a UDN e o PSD.

A longa marcha do PTB

De 1946 em diante, o PTB se empenhou num esforço vigoroso para aumentar sua rede organizacional, com resultados excelentes:

“O simples número de vereadores eleitos diretamente pelo PTB indica o sucesso de sua campanha organizacional e estrutural. No Amazonas, o PTB foi de 20 para 63 vereadores (totais 127 e 165 respectivamente); no Ceará, ele pulou de 2 para 37; na Bahia, ele triplicou o número de vereadores, de 47 para 134 (sobre 1.424 e 1.656); em São Paulo, ele também triplicou os vereadores, de 164 para 481, a despeito da redução do número total de vereadores, de 4.589 para 3.905; em Santa Catarina, ele foi de apenas 2 para 40 (totais 443 e 567 respectivamente); e em Mato Grosso, ele pulou de 3 para 16, um aumento que somente podia ser explicado parcialmente através do aumento do número total de vereadores, de 188 para 318.” (Soares, 1973a:83)

QUADRO 4.6 – Percentagem do Número Total de Vereadores Obtidos pelo PTB, em 1974-48 e 1954-55

Estados	1947-48	1954-55
Amazonas	16% (127)*	38% (165)
Ceará	menos de 1% (719)	5% (773)
Bahia	3% (1.424)	8% (1.659)
São Paulo	4% (4.589)	12% (3.905)
Santa Catarina	menos de 1% (443)	7% (567)
Mato Grosso	2% (188)	5% (318)

* Totais sobre os quais as percentagens foram computadas.

Apesar desses incrementos significativos, em 1955, “depois de dez anos” de intenso esforço organizacional, o PTB só tinha uma pequena minoria do total de vereadores e prefeitos nos municípios brasileiros⁹. Nos Estados mais urbanizados, tais como o Estado do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc., a diferença entre os grandes partidos tradicionais, PSD e UDN, e os partidos trabalhistas e socialistas era bem menor, mas nos Estados rurais ela era gigantesca.

Em 1964, depois de mais de dez anos de esforço organizacional, o PTB tinha crescido consideravelmente em alguns Estados brasileiros, mas sua rede organizacional não chegava nem perto das do PSD e da UDN. No entanto, a expansão do PTB a nível municipal lhe permitiu reduzir consideravelmente a vantagem que o PSD e a UDN gozavam nas áreas rurais; simultaneamente, o PTB tornou-se o maior partido urbano. Esse avanço eleitoral está atrás da dissolução do velho sistema partidário pelo governo militar e da criação de um novo, com apenas dois partidos.

A rede organizacional em 1966

Quando os novos partidos foram criados, quase todos os diretórios municipais que antes pertenciam à UDN passaram para a Arena; o PRP e o PR também foram para a Arena, assim como a maioria substancial daqueles pertencentes ao PSD, ao PST e ao PDC; o MDB, ao contrário, herdou a maioria das redes do PTB e do PSB, que foram insuficientes para começar, particularmente, nos Estados mais rurais, e também herdou setores menores do PSD e de outros partidos, mas principalmente urbanos. Assim, o MDB começou muito atrasado na corrida organizacional municipal contra a Arena.

QUADRO 4.7 – A Inadequação da Organização Municipal do MDB

Local	Data	Evidência	%	Fonte
11 Estados	1970	O MDB elegeu o prefeito e, pelo menos, um vereador em somente 816 dos 1.897 municípios (o número equivalente para a Arena é 1.896).	43	Olegário da Silva <i>et alii</i> , 1976.
Municípios brasileiros	1974	Somente 4.000 dos 33.000 vereadores pertenciam ao MDB.	12	José Bonifácio Andrade. In: <i>Jornal de Brasília</i> , 21/8/76.
Municípios brasileiros	1972	O MDB elegeu 432 prefeitos do total de 3.754.	12	<i>Opinião</i> , 9/7/76.
Municípios brasileiros	1972	O MDB elegeu 5.900 vereadores do total de 41.167.	14	<i>Opinião</i> , 9/7/76.
Ceará	1972	O MDB competiu em 75 dos 141 municípios	53	Paes de Andrade. In: <i>Jornal de Brasília</i> , 13/8/76.
Goiás	1974	O MDB tinha 112 diretórios municipais.	53	Ademar Santillo. In: <i>Jornal de Brasília</i> , 25/8/76.
São Paulo	1974	O MDB tinha 320 diretórios municipais em 571 municípios.	57	Martins (1975:88-89).
Espírito Santo	1974	O MDB tinha 20 diretórios municipais.	38	Martins (1979:121).

Os resultados dessa expansão foram prontamente sentidos, já que o MDB avançou não só nas áreas metropolitanas mas também nos municípios rurais e nas pequenas cidades. Isso se refletiu no crescente número de prefeitos e vereadores eleitos pelo partido da oposição¹⁰. Em vários outros Estados, o MDB obteve ganhos substanciais, particularmente entre 1970 e 1974, nas eleições estaduais e federais, e entre 1972 e 1976 nas municipais. Depois dessas datas, as melhorias foram mais lentas. No Estado de São Paulo, por exemplo, o MDB quase dobrou o número de prefeitos e vereadores entre 1972 e 1976.

A Arena começou sua vida com uma impressionante rede organizacional, às vezes herdando três diretórios no mesmo "município", enquanto o MDB não tinha nenhum.

A enorme vantagem organizacional foi amplamente responsável pelas vitórias eleitorais esmagadoras de 1966 a 1972, particularmente nas eleições municipais.

A longa marcha do MDB

Em 1970 houve eleições em 11 Estados brasileiros. A Arena competiu em 1.896 municípios nesses Estados, enquanto o MDB competiu em apenas 816. Assim, mais de quatro anos depois da criação do novo sistema partidário, o MDB ainda estava com uma nítida desvantagem em relação à Arena no que tange à rede organizacional municipal. Isso explica por que, em 1972, o MDB só tinha 14% de todos os vereadores e 12% de todos os prefeitos, percentagens que são bem inferiores aos 30,5% de todos os votos válidos recebidos pelo MDB nas eleições de 1970 para o Congresso.

QUADRO 4.8 – Prefeitos e Vereadores Eleitos no Estado de São Paulo por Partido, 1972 e 1976

	Prefeitos				Vereadores			
	Arena	MDB	Total	%	Arena	MDB	Total	%
1972	487	58	575	11	4.918	808	5.726	14
1976	450	101	551	18	4.231	1.666	5.897	28

O MDB cresceu mais rapidamente nas áreas metropolitanas, particularmente nos Estados industriais urbanizados, mas também obteve ganhos substanciais nos municípios menores e mais rurais.

O partido do governo, a Arena, estava lentamente perdendo sua principal vantagem sobre o MDB: sua rede organizacional superior, particularmente nas áreas ru-

QUADRO 4.9 – Evolução da Organização Municipal do MDB

Local	Data	Evidência	Fonte
São Paulo	–	O MDB aumentou o número de prefeitos de 58 para 101.	Araújo (1979).
São Paulo	–	O MDB aumentou o número de vereadores de 808 para 1.666.	Araújo (1979).
Rio Grande do Sul	–	O MDB aumentou seus votos em 76% dos municípios em 1974, relativos à média de 1966-70, declinando em 3%. A Arena cresceu em apenas 2% e declinou em 66%.	Trindade (1975:175).
Estado do Rio	1972-1976	O MDB aumentou sua percentagem de prefeitos em 48% nesses municípios com mais de 20.000 eleitores e em 6% naqueles com mais de 10.000, mas menos de 20.000 eleitores.	Lima Jr. (1979).
Estado do Rio	1972-1976	O MDB aumentou a proporção de municípios com maioria do MDB de 30% para 75% nos municípios com mais de 10.000, mas menos de 20.000. O número de câmaras municipais controladas pelo MDB pulou de 24%, enquanto em municípios com menos de 10.000 eleitores, à medida que o MDB cresceu uma vez, a Arena decresceu.	Lima Jr. (1978).
Ceará	1970-1974	O MDB aumentou o número de diretórios de 75 para 121.	Paes de Andrade. In: <i>Jornal de Brasília</i> , 1976a.
Bahia	1970-1974	O MDB aumentou o número de diretórios de 94 para 150.	<i>Jornal de Brasília</i> , 1976a.
Goiás	1974-1976	O MDB aumentou o número de diretórios de 112 para 213 ou 96% do total.	Santilo. In: <i>Jornal de Brasília</i> .
Mato Grosso	1974-1976	O congressista Carlos Gomes criou 15 novos diretórios.	Antônio Carlos. In: <i>Jornal de Brasília</i> , 1976c.
Espírito Santo	1974-1979	O MDB aumentou o número de diretórios de 20 para 49, ou 92% do total.	Martins (1979:121).

rais. Embora uma situação beirando a igualdade ainda requeresse muitos anos, possivelmente décadas, a tendência era clara, e as melhorias organizacionais do MDB impediam que o partido do governo compensasse as vitórias eleitorais do MDB nos grandes centros urbanos com uma esmagadora vitória na quase totalidade dos municípios rurais. Além disso, uma vez adquirida, essa quase igualdade permaneceria: é bastante difícil, num regime democrático, desfazer a rede organizacional de um partido político.

A situação significava uma contínua e crescente ameaça à hegemonia da Arena. O MDB poderia ganhar a eleição seguinte, ou as subseqüentes. A principal vantagem da Arena, sua rede organizacional superior e o uso de recursos federais, estaduais e municipais para propósitos eleitorais, estava perigando. Do ponto de vista do governo, era tempo, mais uma vez, de mudar o sistema partidário.

Explicando as mudanças

Por que deveria o governo militar brasileiro mudar um sistema partidário de sua própria criação? Depois de decantar as virtudes do bipartidarismo e de fazer do multipartidarismo um dos culpados pelos males políticos no Brasil, seria incongruente que o mesmo regime militar abandonasse o sistema bipartidário para retornar ao multipartidário. A razão é que, a despeito de toda a decretação *ad hoc* da legislação restritiva, as mudanças nas leis eleitorais e as medidas punitivas desveladas, o partido da oposição continuou crescendo e agora ameaça tornar-se o partido majoritário. Em 1965, foi criado o sistema bipartidário; em 1966, o MDB recebeu apenas 32% do total de votos; em 1970, graças principalmente à campanha favorecendo o voto nulo ou em branco, que expressava uma rejeição radical do sistema partidário recém-criado, o MDB só recebeu 28% do total de votos válidos, mas em 1974, graças a um aumento na capacidade organizacional e a um enfraquecimento do movimento pelo voto em branco ou nulo, o MDB obteve 43% do total de votos válidos e, nas eleições de 1978, recebeu 45% dos votos válidos.

A vitória do MDB nos estados mais ricos

No entanto, não era apenas o *status* de uma minoria ameaçadora que preocupava o governo, mas também o fato de que, graças à clivagem urbano-rural, a força do MDB estava concentrada nos Estados urbano-industriais; assim, em eleições diretas, o MDB conquistaria o governo dos Estados com os mais altos orçamentos. Essa possibilidade apareceu, quase inesperadamente, em 1974, quando o MDB obteve a maioria nas eleições para as assembleias estaduais de três Estados cruciais: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (Nery, 1975). Em São Paulo, o Estado brasileiro mais populoso com, de longe, mais alta renda bruta, o MDB "perdeu" as eleições em 1966 e em 1970, recebendo um total de votos que foi inferior ao da Arena, mas em 1974 ele recebeu 3.413.000 votos nas eleições para o Congresso contra 2.028.000 para a Arena, e em 1978 ele aumentou ainda mais essa diferença, com 4.696.000 votos contra os 2.234.000 dados à Arena.

Na eleição para a Assembléia Estadual o MDB recebeu 46% do total dos votos válidos em 1966; em 1970, essa percentagem reduziu-se a 25%, mas em 1974 a percentagem pulou para 64% e em 1978 ela subiu ainda mais para 66%. O controle da Assembléia Legislativa significa a capacidade de escolher o governador num sistema de eleições indiretas, sistema que foi concebido pelo governo militar para impedir o partido de oposição de alcançar o governo de vários Estados.

O MDB também obteve uma clara vitória no Estado do Rio de Janeiro, que é o segundo mais rico do país; ele controlou a Assembléia Estadual do Rio Grande do Sul, outro Estado poderoso, com 31 cadeiras, *versus* 25 da Arena; controlou-a também em 1974; e em vários outros Estados importantes o MDB foi um sério concorrente à maioria na Assembléia Legislativa.

Devido a que no sistema federativo brasileiro os Estados têm orçamentos independentes, alguns substanciais, uma vitória nos Estados urbanizados e populosos, com uma grande classe trabalhadora, é uma vitória política importante que o governo militar até bem pouco tempo se recusava a aceitar.

Os conselheiros políticos do governo têm brincado com a idéia de mudar o sistema partidário desde 1974, quando o MDB ganhou as eleições em muitos Estados. É importante saber que o MDB ganhou as eleições “contra” os esforços conjuntos do governo federal, dos governos estaduais (dos quais o MDB controlava apenas um, o da Guanabara, que mais tarde se fundiu ao Estado do Rio para se tornar o Estado do Rio de Janeiro) e da maioria dos governos municipais. As perspectivas a médio e longo prazos para o partido do governo, portanto, eram pobres. O controle dos Estados mais ricos, mais urbanizados e industrializados, multiplicaria o poder eleitoral do MDB que poderia muito bem varrer a Arena, desacreditada e sem vitalidade. Assim, um governo apenas interessado em reter o poder e não em dotar o país com a estrutura partidária mais adequada simplesmente inventou um novo sistema partidário (Fleischer, 1980 e 1984).

O fim do bipartidarismo

O objetivo da reforma partidária foi evitar a derrota eleitoral. Não obstante, a simples extinção dos antigos partidos e a criação de novos poderiam ser insuficientes: as novas siglas poderiam ser associadas, a curto prazo, aos velhos partidos, provocando a derrota eleitoral do partido do governo militar. A estratégia adotada foi fragmentar a oposição e resguardar a unidade do partido do governo. O governo militar usou uma leve coação e fortes incentivos para manter os velhos parlamentares da Arena no novo partido do governo, o PDS, além de atrair novos adeptos. Simultaneamente, foi facilitado o registro de novos partidos.

A estratégia, inicialmente, funcionou: o PDS obteve mais filiados do que a decadente Arena tinha, e o MDB se dissolveu entre o PMDB, o PP, o PDT, o PT e o PTB.

O herdeiro direto do MDB, o PMDB, reteve somente 122 congressistas, ou 29%; o MDB tinha 44%. Muitos que pertenciam à ala conservadora do MDB uniram-se a alguns conservadores democráticos da Arena e formaram o PP, que seria a “oposi-

ção leal", politicamente democrática mas economicamente conservadora. Em fins de 1981, o PP tinha 68 congressistas; e 19 se distribuíam entre os partidos pequenos. Na mesma data, o PDS tinha 211 dos 420 deputados (*Isto É*, 25/11/1981). Em vários Estados, se reproduziu a fragmentação emedebista observada a nível nacional.

No fundamental Estado de São Paulo, o PDS recrutou nada menos do que 56 dos 101 prefeitos filiados ao MDB e 16 dos seus deputados estaduais (*Folha de S. Paulo*, 17/06/84:3).

Tiros pela culatra

O governo militar, no afã de garantir uma vitória fácil nas eleições de 1982, fez aprovar leis que estabeleceram duas condições que terminaram por produzir um efeito contrário: a proibição de alianças e o voto vinculado.

Através da proibição das alianças eleitorais, o governo pretendeu impedir que dois ou mais partidos de oposição unissem suas forças e, em certo sentido, reconstituíssem o MDB. Com uma aliança nacional, o PP, por exemplo, poderia apoiar o candidato do PMDB em alguns Estados e vice-versa; com alianças estaduais um poderia apoiar o candidato do outro para senador, em troca do apoio para governador, etc.

O voto vinculado impede o eleitor de votar numa chapa composta por candidatos de partidos diferentes. Caso não haja candidato do partido preferido que seja satisfatório para um determinado cargo, a única alternativa será votar em branco para aquele cargo.

A junção dessas duas condições fez com que o PP ficasse na condição de partido minoritário em, praticamente, todos os Estados, ainda que em alguns deles dispusesse de nutrida minoria. Isso implicava que o PP perderia todas as eleições majoritárias para governador e senador. Recebendo, segundo alguns cálculos, entre 15 e 20% do total de votos, o PP talvez não elegeisse um só governador ou senador.

Os cálculos da ditadura falharam porque não levaram em consideração que não há sentido criar um partido eleitoralmente grande que, não obstante, perderá todas as eleições importantes. O PP optou, então, por anexar-se ao PMDB, quase reconstituindo o número original de deputados e senadores do MDB.

Além disso, o voto vinculado, introduzido com o objetivo de transferir a superioridade do PDS nas eleições municipais para os demais níveis, também teve resultados que os seus autores não previram. Nas zonas rurais e pequenas cidades, onde as eleições municipais são tão ou mais importantes do que as estaduais e federais, a vinculação realmente favoreceu o PDS; entretanto, nas zonas metropolitanas, onde as eleições estaduais (particularmente para governador) e federais são mais importantes, o voto vinculado prejudicou o PDS, favorecendo outros partidos. No Rio de Janeiro, o voto vinculado criou, artificialmente, uma bancada do PDT e do PTB; em São Paulo, no Paraná e em vários outros Estados urbanos, ele reforçou muito a penetração do PMDB a níveis estadual e municipal, embora em vários Estados do Nordeste tenha tido a influência oposta. A consequência do voto vinculado parece ter sido

a de reforçar a relação entre o partido do governo e o mundo rural e entre a oposição e o mundo urbano. Esses foram autênticos tiros pela culatra.

A conjuntura política de 1982-1984 e os conflitos fundamentais da política brasileira

As eleições de 1982 foram realizadas num clima de entusiasmo cívico e liberdade que havia sido esquecido pelos brasileiros. O PDS sofreu uma perda de 3,3% na percentagem, sobre o total de votantes, nas eleições para deputado federal (40,0% para 36,7%) e de 5,1% nas eleições para deputado estadual (41,1% para 36%).

No cômputo total de votos, o PMDB e o PDS se equivaleram; entretanto, os partidos da oposição arrebataram o governo dos principais Estados em termos populacionais e econômicos.

O PDS perdeu, também, a maioria na Câmara Federal, mantendo-a no Senado Federal devido à figura imoral dos senadores biônicos, que exercem um absurdo mandato de oito anos para o qual não foram eleitos.

Os conflitos de classe

A criação de novos partidos tornou a relação entre classes e preferência partidária, que era simples, numa relação complexa.

Foram criados três novos partidos que disputam entre si um eleitorado trabalhista, antes vinculado ao MDB. O PMDB continua com certa penetração nele, mas a competição dos três partidos menores, inegavelmente, roubou ao PMDB votos de setores sociais que, antes da reforma, eram exclusivamente seus. Em compensação, a incorporação do PP trouxe para o PMDB fragmentos de uma importante rede organizacional a nível municipal e um número nada desprezível de votos de classe média e de elite, particularmente rurais e de pequenas cidades, antes vinculados à Arena.

Com isso, a base de classe do PMDB foi substancialmente descaracterizada, já que o PMDB perdeu, para os partidos pequenos, votos embaixo e ganhou, da anti-g Arena, votos no meio e em cima.

O PT, em São Paulo, se caracteriza como um partido da classe operária, ainda que receba, também, um apoio substancial de jovens, particularmente universitários; no Rio, e em outras áreas, a idade (baixa) e a educação (alta) se associam mais intimamente com o PT do que a ocupação. Assim o PT confirmou, a nível do eleitorado, a situação híbrida que caracterizou a sua história como organização: é uma aliança difícil e conflitiva entre operários industriais e jovens universitários radicais. Eleitoralmente, é escusado dizer, os primeiros contam muito mais.

O PDT, segundo pesquisa de *survey* de 1982, tinha uma relação débil com a situação de classe (Souza, Lima Jr. e Figueiredo, 1982), recolhendo mais votos nos setores mais pobres. No Estado do Rio de Janeiro, essa relação pode ter sido reforçada, graças à deserção em massa de antigos adeptos da classe média (Soares, 1984).

O PTB também é algo mais forte nas camadas pobres, mas o partido carece de consistência entre a ideologia e a prática política, assim como de expressão eleitoral. Este partido ainda não encontrou, e talvez não venha a encontrar, nem uma definição ideológica, nem um segmento social significativo no qual se ancore eleitoralmente.

A predominância do político

Entretanto, a clivagem da classe tem ocupado, recentemente, uma posição secundária em relação aos determinantes políticos do voto, particularmente em relação à atitude frente à redemocratização e às eleições diretas. Nas eleições de 1982, assim como no cotidiano de 1983-84, as batalhas especificamente político-democráticas, particularmente pelas eleições diretas, amorteceram os conflitos de classe. Juntam-se na luta pela redemocratização pessoas com posição e ideologia socioeconômicas muito diferentes.

Essa predominância do político será permanente? É difícil dizer. Minha hipótese prevê que as clivagens socioeconômicas, inclusive as de classe, deverão recuperar a influência decisiva sobre o voto, mas somente após a completa redemocratização do país. Essa foi, pelo menos, a experiência recente de sociedades que se uniram para enfrentar tiranias, como a Argentina, Nicarágua, Grécia, Espanha e Portugal, e teria sido o caso, segundo creio, da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, caso seus movimentos democráticos tivessem sido vitoriosos. Nos movimentos de redemocratização, meses ou poucos anos após a vitória, desfez-se o cimento que unia a quase totalidade da população. As demais linhas de conflito, que existem, em grau maior ou menor, em todas as sociedades, despertaram da sua hibernação.

De acordo com essas experiências, mesmo na duvidosa hipótese de que o quadro partidário permaneça intocado, a clivagem de classe deverá esperar até o enterro definitivo da ditadura militar para recobrar o poder de determinação do voto de que antes desfrutava.

A clivagem rural-urbana

A análise dos resultados das eleições para deputado federal de novembro de 1982 revela que a urbanização continua a ser uma das grandes linhas de conflito da política brasileira. A percentagem sobre o total dos votos dados ao PDS se correlaciona negativamente (-0,73) com a urbanização.

O PMDB, ao contrário, beneficia-se moderadamente com a urbanização. A diminuição histórica da correlação com a urbanização (tomando o MDB, anteriormente a 1982, como comparação) reflete, por um lado, o crescimento da rede organizacional do MDB e a conseqüente penetração em maior número de municípios rurais e, por outro, a forte competição dos partidos pequenos pelo mesmo eleitorado nas grandes cidades. O PMDB continua a ser o maior partido no conjunto das áreas metropolitanas do país, mas sofre, agora, a concorrência de outros partidos, como a do PDT e do PTB no Rio de Janeiro, do PT em São Paulo, etc. Não obstante as mudanças ins-

titucionais e a predominância do político na conjuntura de 1982-1984, a urbanização continua a jogar um papel importante nas eleições brasileiras.

A organização partidária e a política coronelista

A alta correlação entre a votação dos pequenos partidos e a urbanização reflete, em grande parte, a sua estrutura organizacional. Em 1982, eles não chegaram a competir em todos os Estados e, em alguns Estados em que o fizeram, sua votação foi irrisória; eleitoralmente, o PT, o PDT e o PTB não são partidos nacionais. A totalidade dos deputados federais do PDT e do PTB vem de dois Estados, e de três no caso do PT; dois Estados são responsáveis por mais de 90% da votação obtida por cada um dos partidos pequenos.

QUADRO 4.10 – Resultados das Eleições Municipais de 1982.

Partidos	% dos Vereadores	% dos Prefeitos
PDS	61,6	64,6
PMDB	36,2	34,6
PDT	1,4	0,6
PTB	0,5	0,2
PT	0,3	0,1
TOTAL	100,0	100,1
Nº	(39.716)	(3.968)

A cadeia de diretórios regionais e municipais dos partidos pequenos era tão precária que, por falta de diretórios (estaduais) organizados, eles deixaram de concorrer às eleições em vários Estados e territórios: o PT em 2, o PDT em 12 e o PTB em 15.

Em muitos dos Estados em que os partidos pequenos apresentaram candidatos o ato foi simbólico, apenas, e cada partido recebeu votação na casa das centenas ou milhares, sendo extremo o caso dos nove votos recebidos pelo PTB, em Roraima, nas eleições para deputado federal.

Os fatores organizacionais se refletiram, principalmente, na rede de vereadores e prefeitos e, secundariamente, na de deputados estaduais. Os dados mostram que o PDS e o PMDB obtiveram, juntos, quase todos os vereadores (97,8%) e prefeitos (99,2%) do país, com clara superioridade do PDS. Nas eleições municipais o sistema continua bipartidário. Como no caso do MDB, hoje PMDB, serão necessários muitos anos até que os pequenos partidos, caso não pereçam, construam uma rede organizacional que lhes permita competir por uma fatia substancial do voto rural e das pequenas cidades.

Essa pobreza organizacional, evidentemente, teve conseqüências para as chances de vitória eleitoral a níveis estaduais e federais. O voto vinculado tornou mais difícil que os pequenos partidos recebessem votos nas eleições estaduais e federais, porque não estavam organizados nos inúmeros municípios em que os eleitores perderiam os seus votos nas eleições locais; houve, também, adeptos de partidos pequenos, cujos candidatos às eleições majoritárias tinham poucas chances, que votaram integralmente no PMDB para não perder o seu voto. Sem voto vinculado, teriam votado no candidato do PMDB nas eleições majoritárias e nos candidatos do partido preferido nas demais eleições.

Comentários finais

Durante os primeiros meses de 1984, época da revisão deste artigo, observamos grande mobilização política para o retorno às eleições diretas para presidente. Essa campanha reduziu a influência dos demais fatores sobre a vida político-eleitoral do país.

Eleitoralmente, o governo militar tem os seus dias contados; entretanto, ele poderá reagir, como antes, com novas modificações institucionais, inclusive de ordem partidária. As clivagens clássicas da vida eleitoral brasileira não são independentes do aparato institucional e partidário: passam por ele. Conseqüentemente, mudanças no quadro institucional e a campanha pela redemocratização podem atenuar ou postergar, temporariamente, o impacto das clivagens. Entretanto, as mudanças institucionais não eliminam os conflitos fundamentais da sociedade brasileira! À semelhança do que aconteceu várias vezes no passado, é uma questão de tempo até que as clivagens básicas da sociedade brasileira voltem a dominar as eleições no país.

NOTAS

- 1 – Em Porto Alegre havia uma relação entre a área residencial e a percentagem do total dos votos dados à Arena, que aumentou de 16,7% nos distritos suburbanos da classe trabalhadora para 41,4% nas áreas residenciais mais valorizadas (Trindade: 1975:185).
- 2 – Lamounier (1978:48-50) mostra que em Presidente Prudente, São Paulo, a relação entre renda e preferência partidária “só” funcionava entre as pessoas de alto nível educacional. A situação em Presidente Prudente era, no entanto, afetada pelos dados marginais da distribuição estatística: o município de Presidente Prudente era esmagadoramente Arena, e esse partido obteve uma maioria absoluta do total de votos nas eleições e num *survey* realizado por Lamounier. Acima e além dos problemas estatísticos causados pela distribuição altamente assimétrica, é necessária uma distribuição mais regular do voto para revelar a forte relação entre posição de classe e preferência partidária ou voto.
- 3 – No *survey* de 1976 em Niterói, Lima Jr. (1978) encontrou correlações positivas entre educação, ocupação e renda e os votos para os candidatos da Arena. Essas relações, no entanto, não foram tão fortes quanto aquelas observadas em outras regiões e cidades.
- 4 – Yeddo Fiúza, o candidato comunista às eleições presidenciais, recebeu 14,7% do total de votos válidos em Manaus, mas apenas 1% do resto do Estado do Amazonas; em Fortaleza, ele rece-

beu 33,9% do total de votos válidos, mas apenas 1,1% no resto do Estado do Ceará; Prestes, o secretário do partido e candidato do PCB ao Senado por Pernambuco, recebeu 25,4% do total dos votos em Recife, mas apenas 7,7% no resto do Estado; em Aracaju, capital de Sergipe, Yeddo Fiúza venceu as eleições presidenciais, mas teve uma presença bem fraca no resto do Estado; Blondel (1957:166) mostrou que, na Paraíba, o Partido Comunista Brasileiro recebeu 18% dos votos válidos na capital, mas apenas 4% do Estado como um todo.

- 5 – Aguiar (1962:359-387) mostrou que há uma correlação de +0,86 entre a urbanização dos Estados brasileiros e seu índice de sindicalização (o percentual dos trabalhadores urbanos que estão sindicalizados), e uma correlação de +0,83 entre urbanização e “Taxas de Queixas” que representa a medida dos litígios da classe trabalhadora nos tribunais do trabalho, sobre o total da população.
- 6 – Os partidos conservadores menores também perderam substância: o PR (Partido Republicano), uma força política a ser considerada em 1945, e o PL, forte em alguns Estados, particularmente no Rio Grande do Sul, quase desapareceram em 1962.
- 7 – As sublegendas foram criadas pelo Ato Complementar nº 4 de 20 de novembro de 1965, e modificadas pelos Atos Complementares nºs 25 de 1966, 26 de 1966, 29 de 1966, 7 de 1968, e pela Lei Federal nº 5.453 de 14 de junho de 1968, que estabeleceu:

“Os partidos políticos podem instituir, na forma da lei, três sublegendas nas eleições para governador e prefeito. As sublegendas são listas autônomas de candidatos concorrendo às mesmas eleições, dentro da mesma organização partidária, registradas na forma da lei.”

O Decreto-lei nº 1.543 de 14 de abril de 1977 introduziu a sublegenda nas eleições para senador, facilitando a pressão sobre as organizações estaduais da Arena para apresentar uma homogeneidade e unidade que inexistiam.
- 8 – O Condado (*County*) é, nos Estados Unidos, talvez, a aproximação melhor com os municípios, embora o condado tenda a ser maior do que o município e mais heterogêneo, tanto econômica quanto socialmente.
- 9 – Em Sergipe ele competiu em apenas 20% do total dos municípios, na Paraíba em 24%, em Goiás em 34%; o Partido Socialista (PSB) competiu em apenas 20% em Sergipe, 6% na Paraíba e 3% em Goiás, enquanto o PSD competiu em 64% de todos os municípios em Sergipe, 89% na Paraíba e 95% em Goiás, e a UDN competiu em 95% de todos os municípios em Sergipe, 94% na Paraíba e 68% em Goiás.
- 10 – De acordo com Paes de Almeida, no Ceará, “do total de 141 municípios, a oposição aumentou, entre as duas últimas eleições, seu número de diretórios municipais de 75 para 121”. Isso significa que em 1974 o MDB já estava concorrendo em 86% de todos os municípios cearenses, enquanto minhas próprias estimativas foram de que em 1970 sua percentagem foi de 60% e em 1972 em torno de 67%.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGUIAR, Neuma. Mobilização da classe operária no Brasil. *Revista Latino-americana de Sociologia*, 3:359-387, 1962.
- ARAÚJO, Brás José de. As eleições de 1978 em São Paulo. In: Fundação Milton Campos: 457-472, 1979.
- ARRUDA MELO, José Octávio de. Dissidência, protesto e familismo nas eleições da Paraíba, em 1978. In: Fundação Milton Campos: 281-354, 1979.
- BARDAWIL, J. Ah, como é difícil digerir radicais! A luta de Lula e cia. para conter a ultra-esquerda. *Isto É*. 20:23, fev. 1980.
- BARRETO, Vicente & BAHIA, Luiz Henrique. Análise das eleições: o caso do Rio de Janeiro. Fundação Milton Campos: 395-410, 1979.
- BLASI, Paulo Henrique. Santa Catarina: eleições de 1978. Fundação Milton Campos: 437-456, 1979.
- BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BONAVIDES, Paulo. As eleições de 1978 no Ceará. Fundação Milton Campos: 97-112, 1979.
- CARVALHO, Orlando de. *Ensaio de sociologia eleitoral*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1958.
- COSTA LINS, Nilton. As eleições de 1978 no Amazonas. Fundação Milton Campos: 61-75, 1979.
- CUNHA FERREZ, Maria Cândida da & MEDAUAR, Odete. O aperfeiçoamento da legislação eleitoral brasileira. In: Fundação Milton Campos: 81-100, 1979.
- De CEW, Judson. Political experience and electoral behavior in Brazil: Rio Grande do Sul. Connecticut, 1977. (Ph.D. dissertation, The University of Connecticut).
- FÉLIX DE SOUZA, José Bernardo. As eleições goianas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:273-290, 1964.
- FERRAZ, Francisco. As eleições de 1974 e o bipartidarismo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 43:287-332, 1976.
- FLEISCHER, David. Brazilian political parties: organization and reorganization, 1945-79. Apresentado ao 11º Congresso Mundial da IPSA, Moscou, 12-18 de agosto, 1979a.
- . Os eleitos à Câmara Federal-1978: renovação ou imobilismo? Fundação Milton Campos: 59-72, 1979b.
- . Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do “Pacote de Abril”. *Revista de Ciências*, 23(2):57-82, 1980.
- . Constitutional and electoral engineering in Brazil: a double edged sword (1964-1982). *Inter-American Economic Affairs*, 37(4):3-36, 1984.
- FORTES, Bonifácio. Sergipe: Democracia de poucos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:121-160, 1964.
- Fundação Milton Campos. *As eleições nacionais de 1978*. Brasília, v. 1 e 2, 1979.
- GUIMARÃES, Ary. As eleições de 1978 na Bahia. Fundação Milton Campos: 76-95, 1979.
- Jornal de Brasília*. Paes de Andrade vê MDB crescer no Nordeste. Brasília, 13.8.1976.
- . Bonifácio volta a acusar a esquerda. Brasília, 21.8.1976.
- . “Oligarquia” agita Assembléia de MT; 13.8.1976. p. 7.
- . Eleições: Prognósticos de goianos sobre Goiás. Agosto, 1976. p. 10.
- Jornal do Brasil*. Os terreiros tocam um canto de Oxalá. 26.8.1976. p. 10.
- . Edição de 16.8.1980.
- . Edição de 17.8.1980. Prestes apóia PMDB e quer unir todos os comunistas.

- LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER & CARDOSO: 15-49, 1975.
- . Presidente Prudente. O crescimento da oposição em um reduto arenista. In: REIS (1978): 1-89, 1978.
- . *Voto de Desconfiança*. Petrópolis, Vozes, 1980 (org.).
- LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique., orgs. *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, 1948.
- LIMA JR., Olavo. Articulação de interesses, posição socioeconômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS 71-144, 1978.
- . *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- MARTINS, Ademar. As eleições de 1978 no Espírito Santo. Fundação Milton Campos, 1979. p. 113-128.
- MARTINS, Carlos Estevam. O balanço da campanha. In: LAMOUNIER & CARDOSO: 77-125, 1975.
- MICHETTI, Heloísa Helena. O jogo das forças políticas na vida de Araraquara. *Revista de Ciência Política*, 2(3): 59-79, 1968.
- MONTENEGRO, Abelardo. Estrutura ocupacional dos partidos políticos cearenses. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. 2:229-232, 1958.
- . As eleições cearenses de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:81-100, 1964.
- MOREIRA, Maria Terezinha. A renovação dos quadros políticos na Guanabara. *Revista de Ciência Política*, 1(1): 127-148, 1967.
- . Composição do Poder Legislativo na Guanabara. *Revista de Ciência Política*, 1(3):47-74, 1967.
- NERY, Sebastião. *Dezesseis derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. Críticas à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2:4-82, 1972.
- OPINIÃO. Edição de 9.7.1976.
- PERES, Gerson. As eleições de 1978 no Pará. Fundação Milton Campos, 1979, p. 247-280.
- PITA, Nilda Martínez & ARRUDA, José Maria de. Composição sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, 9(3):120-144, 1966.
- REIS, Fábio Wanderley. Political development and social classe. Cambridge, Massachusetts, Harvard University, 1974 (tese de doutorado).
- . As Eleições em Minas Gerais. In: LAMOUNIER & CARDOSO: 127-152, 1975.
- . *Os partidos e o regime*. São Paulo, Edições Símbolo, 1978 (org.).
- . Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: *Os partidos e o regime*: 213-288, 1978.
- SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e as funções das atividades de subsistência. *Estudos Cebrap*, 88:147, 1972.
- SILVA, Luís Inácio da (Lula). Debate sobre a crise brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. (11):213-217, maio 1979.
- SILVA, Vilmondes Olegário da; ANDRADE, Paula Coelho de; CARNEIRO, Joram Amorim; CARNEIRO, Candioto Amorim & GUIMARÃES, Lisia. Expansão da rede organizacional do MDB a nível municipal (trabalho do curso de Teoria Política, Universidade de Brasília, 1976).
- SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1:130-141, 1956.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Strata sociais, classes sociais e as eleições presidenciais de 1960 na Guanabara. *Sociologia*, 23:217-238, 1961.
- . Economic development and political radicalism. St. Louis, Mo., Washington University, 1965 (tese de doutorado).
- . *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

- _____. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____. La red de explotación: el Estado y los campesinos en América Latina. *Trimestre Político*: 26-47, 1976.
- _____. *Colégio eleitoral, coligações partidárias e eleições diretas*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- SOUZA, Amaury de & DENTZIEN, Plínio, orgs. *As eleições brasileiras de 1982* (a ser publicado).
- SOUZA, Amaury de, LIMA Jr., Otávio Brasil de & FIGUEIREDO, Marcus. A Política do Carioca. *Jornal do Brasil*, 12 dez., 1982.
- _____. Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro. In: SOUZA, Amaury & BENTZIEN, Plínio. *As eleições brasileiras de 1982* (a ser publicado).
- TRINDADE, Hélgio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: LA-MOUNIER & CARDOSO: 153-204, 1975.
- _____. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre, Sulina, 1982.
- TRINDADE, Hélgio & DE CEW, Judson. Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS. 145-211, 1978.
- TUPIASSU, Amílcar Alves. As eleições paraenses de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:21-54, 1964.
- _____. As eleições paraenses de 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 23/24:24-64, 1967.
- VEIGA, Gláucio *et al.* Geografia eleitoral de Pernambuco. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8:50-85, 1960.
- WESSON, Robert & FLEISCHER, David. *Brazil in transition*. New York, Praeger, 1983.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?